MONOPÓLIO E O PAPEL DO ESTADO: AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA ESCOLA AUSTRÍACA

Joel de Jesus Macedo¹
Raphael Gomes Brasil²

RESUMO

Este trabalho pretende revisar as concepções teóricas dos economistas austríacos sobre o monopólio, contextualizando a discussão em relação ao processo de mercado e competição. O artigo também procura destacar as divergências entre o paradigma austríaco e o da escola tradicional neoclássica, principalmente no que diz respeito aos elementos causadores das estruturas de mercado monopolizadas e o papel que o Estado deve desempenhar. Enquanto os neoclássicos consideram que os monopólios estão condicionados às falhas de mercado, o que justificaria a intervenção estatal como requisito corretivo para a não formação de monopólios e a manutenção da concorrência perfeita, os austríacos argumentam que é a ação estatal a principal fonte de falhas, que geram monopólios mediante a restrição à ação empresarial.

Palavras-Chave: Escola Austríaca; Formação de Monopólios; Intervenção Estatal; Economistas Neoclássicos e Austríacos.

ABSTRACT

This paper aims to review the theoretical concepts of Austrian economists on the monopoly, contextualizing the discussion about the market and competition process. The article also seeks to highlight the differences between the Austrian paradigm and the neoclassical traditional school, particularly with respect to cause elements of the monopolized market structures and the role the state should play. While neoclassical consider that monopolies are conditioned to market failures, which would justify state intervention as a corrective requirement for non formation of monopolies and maintenance of perfect competition, the Austrians argue that it is the state action the main source of failures, that create monopolies by restricting the business action.

Keywords: Austrian School; Formation of Monopolies; State intervention; Neoclassical economists and Austrians.

¹ Economista, Mestre em Engenharia da Produção, Doutorando em Desenvolvimento Econômico (UFPR)

² Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR)

1. INTRODUÇÃO

Apesar de elementos comuns, como a teoria marginalista e a defesa do *laissez-faire*, a Escola Neoclássica e a Austríaca têm muitos pontos distintos. Os neoclássicos adotam a premissa do *homo economicus*, segundo a qual os agentes têm ampla racionalidade e são maximizadores de utilidade. Em geral, os neoclássicos fazem uso de um profundo instrumental matemático, e seus modelos são estabelecidos de tal forma que os mercados tenderão para o equilíbrio, desde que não haja falhas de mercados. Cabe ao Estado, unicamente, eliminar tais falhas. Sob tais premissas, a concorrência perfeita será mantida.

A Escola Austríaca diverge dos neoclássicos ao assumir que a ciência econômica é apenas parte da praxeologia, o estudo da ação humana. A partir dessa abordagem, e entre outros pressupostos que serão discutidos, os austríacos defendem que os indivíduos não têm um comportamento previsível. Os economistas da Escola Austríaca dispensam o uso de modelos matemáticos e veem a ação do Estado como desnecessária. A intervenção é vista como formadora de instabilidades no mercado, quaisquer que sejam seus objetivos.

O objetivo do trabalho é apresentar as considerações dos economistas austríacos acerca do processo de mercado e da formação de monopólios, em contraposição à escola tradicional neoclássica, enfatizando as distintas visões que estas escolas têm sobre esse aspecto e também sobre o papel do Estado quando esse fenômeno está presente. Antes de realizar uma investigação centrada em tais metas, faz-se necessário apresentar os pilares teóricos da Escola Austríaca considerados essenciais para a presente discussão.

Uma vez introduzidas as distinções teóricas necessárias para a discussão que é objeto deste trabalho, parte-se para uma análise mais detalhada acerca da ótica da Escola Austríaca sobre o processo de mercado, a competição e o monopólio.

Além desta introdução, o texto está estruturado em mais duas seções. A seguinte apresenta as ideias fundamentais da teoria neoclássica e dos principais autores da Escola Austríaca. A terceira seção apresenta as considerações relativas ao entendimento das duas escolas.

2. Referencial Teórico

Esta seção apresenta os principais pressupostos da teoria neoclássica tradicional, a antítese austríaca, a análise do processo de mercado e competição, e o conceito de monopólio como antítese da competição. Por último, apresenta o papel do Estado sob a ótica dos economistas neoclássicos e da Escola Austríaca.

2.1. Os Pressupostos da Teoria Neoclássica

A teoria marginalista surgiu na década de 1870, a partir dos trabalhos de Carl Menger (1887), na Áustria, William Jevons (1887), na Inglaterra, e León Walras (1896), na França. Os “marginalistas” adotaram muitos dos elementos da teoria clássica, aperfeiçoando algumas “deficiências” dessa escola, notadamente a teoria do valor-trabalho, dando ênfase à noção de utilidade. Para tal, uniram o “cálculo da margem” com a ideia de utilidade para chegar ao conceito de utilidade marginal, enquanto Jevons e Walras adotaram métodos matemáticos. Apesar de a Escola Marginalista ter elementos que foram absorvidos pela Escola Neoclássica, somente nos anos 20 do século XX é que Mises começa a solidificar as diferenças entre os austríacos e a Escola Neoclássica tradicional (FEIJÓ, 2000).

As premissas neoclássicas tradicionais levam em conta o conceito de *homo economicus*, proposto por J. S. Mill, que pode ser interpretado como o homem estilizado que busca maximizar riquezas e minimizar seu desconforto. O comportamento desse “homem” é previsível, o que facilita a abordagem matemática na generalização para o comportamento de toda a economia. Lionel Robbins, por outro lado, criou a definição clássica de que a economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos. O casamento dessas definições representa o cerne da ciência econômica segundo o pensamento neoclássico.

De acordo com os neoclássicos, para que a concorrência dos mercados seja “perfeita” e, conseqüentemente, garanta a eficiência dos mercados, algumas premissas devem estar presentes. Essas premissas relacionam-se às seguintes condições: a entrada de novas firmas de mercado é livre, ou seja, há ausência de barreiras à entrada e à saída; os bens ofertados são homogêneos; as informações de mercado são simétricas, de modo que todos os participantes do mercado têm acesso a todas as informações relevantes,

eliminando erros sistemáticos; as firmas são tomadoras de preço, de forma que, de acordo com o elevado número de concorrentes, uma empresa individual não tem o poder de afetar o preço do produto ofertado – se o vender a um preço abaixo do mercado, incorrerá em prejuízos, uma vez que o lucro econômico é zero, e se vender seu bem a um preço superior ao do mercado, não venderá uma unidade sequer. Na ausência de interferência do Estado e de falhas de mercado, os neoclássicos defendem que a economia atingiria o pleno emprego dos recursos, e os mercados seriam eficientes (OMAR, 2001).

Por outro lado, o monopólio é tido pelos neoclássicos como a antítese da competição. Uma estrutura monopolista de mercado é aquela em que há um único produtor de toda a produção de bens e serviços de uma indústria. O poder de monopólio existe quando o monopolista tem demanda inelástica por seus produtos, e a curva de demanda para a empresa é também a curva de demanda para a indústria. Se o monopólio segue a regra da maximização do lucro, ou seja, igualando a receita marginal ao custo marginal de produção, ele tem a oportunidade de ganhar lucros anormais.

Existem algumas variações dessa estrutura, como o “monopólio natural”, que é uma situação de mercado em que os investimentos necessários são muitos elevados e os custos marginais são muito baixos, e o monopólio legal, em que o Estado concede à empresa, que pode ser estatal ou não, a exclusividade de ofertar um bem ou serviço. Como será visto adiante, é apenas esta categoria de monopólio que realmente traz prejuízos à economia, conforme o pensamento dos autores da Escola Austríaca.

A existência de monopólio está relacionada à perda de bem-estar, pois a firma monopolista pode restringir a oferta de um bem de modo a elevar o preço e, conseqüentemente, seus lucros. Nesse sentido, a Escola Neoclássica defende que a intervenção do Estado é válida no sentido de evitar a formação de monopólios.

Uma estrutura que se coloca entre os extremos supracitados e que tem características comuns à concorrência perfeita e ao monopólio é a concorrência monopolista, proposta por Edward Chamberlin, em 1932. Tem semelhanças com a concorrência perfeita no que concerne à premissa da livre entrada e saída de empresas, além do pressuposto fundamental de diferenciação do produto de forma que há algum poder de estabelecer o preço em um patamar superior ao custo marginal, criando um pequeno poder de monopólio para cada produtor. Dessa maneira, a quantidade

produzida num mercado monopolístico é inferior à da concorrência perfeita, o que afeta o bem-estar.

Os economistas clássicos defendem que os mercados competitivos são mais eficientes quando não há intervenção governamental na economia. Partindo do conceito de *laissez-faire*, a interferência do Estado não é desejável, uma vez que, por meio de regulação e subsídios, o Estado favorece alguns setores em detrimento de outros, tirando a liberdade natural do sistema, fazendo mais mal do que bem. A tradição clássica atribuía ao Estado três funções básicas: prover justiça, defesa nacional e bens públicos à sociedade (OMAR, 2001).

A Escola Neoclássica, por sua vez, incorporou o *laissez-faire*, embora entendendo que essa é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o mercado atinja a maximização do produto. Segundo Omar (2001), há quatro fontes pelas quais o mercado *per se* não atinge o produto ideal: bens públicos, externalidades, poder de monopólio e informações imperfeitas.

Em relação ao poder de monopólio, os neoclássicos defendem que o Estado deveria intervir na economia de forma a oferecer um ambiente favorável à concorrência e, conseqüentemente, à eficiência econômica.

2.2. A Antítese Austríaca

O método do extensivo uso de modelos matemáticos foi introduzido na economia (com alguma resistência) por Jevons e Walras. Essa abordagem foi seguida por vários economistas, enquanto a abordagem não matemática de Menger teve como expoentes Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser e, posteriormente, Ludwig von Mises (FEIJÓ, 2000). Para Mises, o entendimento é que a ciência econômica faz parte de uma ciência maior, a praxeologia. A racionalidade dos agentes, portanto, deve ser entendida à luz dessa ciência.

Enquanto para Hoffmann e Palaez (2008) a racionalidade neoclássica é “uma psicologia econômica axiomática, reducionista e atomística”, para os austríacos, a análise praxeológica pode ser definida como a teoria geral da ação humana, entendida como um processo dinâmico. A manifestação da vontade humana é compreendida como ação, um comportamento propositado na busca de obter ou querer evitar, não se limitando a alocar.

Segundo Feijó (2000), a praxeologia só considera a ação racional. A praxeologia, de acordo com Mises (2010), não está interessada com os motivos pelos quais os indivíduos buscam seus objetivos, mas com o que pode ser deduzido do axioma fundamental da ação humana. A ação em Mises é um conceito inseparável da ideia de racionalidade. Mises rejeita todo critério exógeno de definição de racionalidade. Os elementos subjetivos que comandam a ação não podem ser previamente identificados, pois são as escolhas do agente que demonstram suas avaliações subjetivas (MISES, 2010).

Mais do que um maximizador de utilidade, os austríacos entendem que os indivíduos procuram constantemente novos fins e meios, aprendendo com o passado e usando sua imaginação para descobrir e criar o futuro. Logo, o comportamento baseado na praxeologia é imprevisível, de modo que a modelagem matemática é incapaz de determinar relações econômicas precisas.

2.3. O Processo de Mercado e Competição

A análise do mercado e da competição, sob a ótica austríaca, perpassa o conceito de processo de mercado, em que o equilíbrio nunca é alcançado, uma vez que o processo de coordenação social e a atividade empresarial em busca de oportunidades de lucro nunca se esgotam. Inicialmente, a visão tradicional considera a estrutura de concorrência perfeita sob aspecto estático, com base em premissas pouco realistas. Por sua vez, os austríacos elaboraram uma análise dinâmica fundamentada no processo de mercado, que foi desenvolvida inicialmente por Mises (2010) e aprimorada principalmente por Kirzner (1985), por meio da investigação da ação empresarial. Mises discorre sobre as características de uma economia de mercado:

A economia de mercado é o sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção”. Todos agem por conta própria; mas as ações de cada um procuram satisfazer tanto as suas próprias necessidades como também as necessidades de outras pessoas. Ao agir, todos servem seus concidadãos. Por outro lado, todos são por eles servidos. Cada um é ao mesmo tempo um meio e um fim; um fim último em si mesmo e um meio para que outras pessoas possam atingir seus próprios fins (MISES, 2010, p. 315).

A defesa do livre mercado de Mises atribui ao Estado unicamente o dever de evitar que as pessoas cometam alguma ação lesiva à própria natureza do mercado. Mises

considera que toda ação tem um componente empresarial e especulativo. O ser humano tem a capacidade de criar oportunidades de lucro, sempre atuando de forma a aproveitá-las, “preenchendo vazios”. Trata-se da “capacidade empresarial”, conforme Mises a denomina. A partir da capacidade empresarial, define-se o mercado como um processo que guia as ações dos indivíduos, que agem por conta própria procurando satisfazer suas necessidades de forma livre. Segundo Mises (2010, p. 315), “o mercado não é um local, uma coisa, uma entidade coletiva. O mercado é um processo, impulsionado pela interação das ações dos vários indivíduos que cooperam sob o regime da divisão do trabalho”.

O processo de mercado pode ser compreendido como o equilíbrio das ações que são imprescindíveis à cooperação mútua, sendo que os preços praticados são a melhor informação disponível para que seja decidida a quantidade a ser produzida. A partir da importância dos preços em uma economia de mercado, Hayek (1990) argumenta que é na limitação das informações dos indivíduos que o planejamento econômico é e sempre será falho. Para Hayek, o processo de mercado é formado por indivíduos que detêm apenas uma pequena parcela do conhecimento total. Cada parcela não pode ser mensurada, além de ser desproporcional e dispersa na economia. A formação do mercado é influenciada por essas características, sendo um produto delas. As descobertas tecnológicas do mercado são obtidas a partir do “processo de descoberta”, isto é, da busca por informações e oportunidades a fim de obter lucros.

Hayek (1990) critica a planificação, uma vez que a crítica de que a concentração da indústria tende ao monopólio é limitada. Se os indivíduos detêm conhecimento limitado, o planejador não poderá impor regras, dada a complexidade do sistema. O planejamento exclui o principal meio disponível de obtenção de informações em uma economia de mercado: o sistema de preços.

Como nenhum órgão pode deter as condições de oferta e demanda de todos os produtos em uma economia, é o sistema de preços que pode oferecer tais informações. Seguindo a abordagem cataláctica de Mises, Kirzner (1985) procura entender o processo de mercado a partir de sua teoria da atividade empresarial. Essa teoria é fundamentada na existência de agentes que não detêm completa informação e que são passíveis de erros de previsão. Os consumidores, empresários-produtores e proprietários de recursos são os tomadores de decisão, que tanto podem ser acertadas como erradas. A decisão de comprar dos consumidores depende da decisão de vender dos empresários-produtores.

A análise de Kirzner (1985) também é temporal, uma vez que uma decisão acertada hoje pode não ser apropriada no futuro. A falta de precisão de informações produz sistemáticas alterações nas decisões de períodos subsequentes. Nessa série de mudanças, Kirzner concebe o processo de mercado baseado na ignorância de seus participantes. Se, hipoteticamente, a informação dos agentes fosse perfeita, e as previsões, infalíveis, o processo de mercado imediatamente cessaria. Como se pode notar, a teoria da atividade empresarial é profundamente influenciada pela praxeologia de Mises.

O funcionamento do mercado só pode ser analisado se levada em conta a ação dos empresários identificadores de oportunidades. O processo de mercado, dessa forma, é derivado da interação de indivíduos (empresários) que procuram oportunidades de lucro que os indivíduos comuns não enxergam, em *estado de alerta* a oportunidades existentes de lucro até então despercebidas. A interação desses empresários, preços e quantidade de bens é levada a um estado de equilíbrio, pois, quando é observada uma oportunidade, esta é eliminada por empresários alerta num processo semelhante ao de arbitragem. Levando em conta que o estado de alerta identifica oportunidades, mas não é um recurso produtivo, a competição é oriunda da rivalidade entre empresários para oferecer alternativas superiores aos consumidores. Assim, a atividade empresarial sempre será competitiva.

A importância da função empresarial está no fato de que essa atividade impulsiona a coordenação dos comportamentos desajustados da sociedade. Como descrevem Soto e Huerta (2010), toda descoordenação social constitui uma oportunidade de lucro que poderá ser descoberta pelos empresários. A atividade empresarial, dessa forma, encontra oportunidades e as elimina, estabelecendo um equilíbrio momentâneo. Assim, o caráter coordenador da função empresarial é o único que torna possível a existência da teoria econômica como ciência.

A própria ação empresarial exerce uma função equilibradora no mercado. A competição no mercado é oriunda dessa atividade empresarial. Uma vez que o mercado é composto pelas decisões de seus participantes, a decisão só será bem-sucedida se cada participante enxergar que aquela oportunidade é a melhor disponível. Como as informações não são perfeitas, e a ignorância de um período é diminuída, os vendedores sempre procurarão rever suas ofertas. A rivalidade entre esses ofertantes, com vistas a

oferecer alternativas melhores aos demandantes, fará com que a atividade empresarial sempre seja competitiva.

2.4. Monopólio

A abordagem comum concebe o monopólio como a antítese da competição; no entanto, existem diferentes conotações para esse termo. Na análise de Mises (2010), é necessária a distinção entre monopólio e preço de monopólio, pois a cataláxia não lida com o monopólio em si, mas com os preços monopolísticos. A primeira conotação apresentada por Mises é a do monopólio como um poder que um ou mais indivíduos têm de privar aqueles que não seguem suas regras. Dessa forma, não há competição, nem mercado. Mises designa essa concepção como “estado socialista universal”.

A segunda conotação está aplicada a economias de mercado. Difere da primeira, pois, neste caso, o indivíduo ou o grupo de indivíduos tem o controle exclusivo da oferta de uma mercadoria específica. Nesse conceito, cada ofertante tem um poder de monopólio, uma vez que o bem que oferta é, de certa forma, ligeiramente diferente daquele oferecido pelo seu concorrente. Somente fogem à regra algumas mercadorias padronizadas, alguns gêneros alimentícios e as *commodities*. Assim, Mises (2010) defende que, sob esse aspecto, o monopólio não é relevante para o funcionamento de mercado e a determinação de preços.

Para Mises (2010), o monopólio em si só será relevante se sua estrutura propiciar a formação de preços monopolísticos, uma vez que é um pré-requisito, embora não seja o único, para a formação de preços dessa natureza. Embora um produtor detenha exclusividade de um bem, ele não pode cobrar o preço que quiser, uma vez que os consumidores podem simplesmente não aceitar pagar tal preço. A principal característica dos preços monopolísticos é que tornam mais vantajoso para o monopolista restringir a quantidade a ser vendida do que expandir suas vendas até o limite que o mercado competitivo permitiria.

Mises (2010) aponta que um dos aspectos que podem engendrar a formação de preços monopolísticos é a formulação de políticas que eliminem a competição, protegendo firmas ineficientes em detrimento das mais eficientes. A competição é, dessa forma, prejudicada pelo governo e pelos sindicatos. O preço monopolístico, nas palavras de Mises, afeta a soberania do consumidor e a democracia do mercado. Para

que ele exista, Mises defende a existência de certas condições, tais como o poder de restrição de oferta, a não discriminação de compradores e a importante característica da inelasticidade da demanda.

De maneira geral, Mises (2010) defende que praticamente todo ofertante de determinado bem é, por definição, o monopolista daquele bem, mas isso só será relevante se este indivíduo tiver o poder de restringir sua oferta de modo que aumente sua receita líquida, ou seja, se o monopolista tiver o poder de estabelecer um preço monopolista. Caso não tenha esse poder, será apenas um monopolista com poder de estabelecer um preço competitivo. Mises enfatiza:

Seria um grave erro deduzir da antítese preço monopolístico/preço competitivo que o primeiro é o resultado da ausência de competição. No mercado, há sempre competição cataláctica. A competição cataláctica é um fator para determinação de preços monopolísticos, tanto quanto o é para a determinação de preços competitivos. A forma da curva de demanda que torna possível o surgimento de preços monopolísticos e que orienta o comportamento do monopolista é determinada pela competição de todas as outras mercadorias que disputam o dinheiro dos compradores. Quanto mais alto o monopolista fixa o preço pelo qual está disposto a vender, maior será o número de compradores potenciais que usarão seu dinheiro para comprar outros bens. No mercado, toda mercadoria compete com todas as outras mercadorias (MISES, 2010, p. 337).

De maneira geral, o monopolista é aquele que detém a produção total de bem. Como, de acordo com o conceito de monopólio de Mises (2010), a diferenciação existe, cada produtor é um monopolista de seu bem, mas isso não se reflete na capacidade de restringir sua oferta de modo a aumentar o preço sem a conseqüente redução nas vendas. Logo, a diferenciação de produtos, conforme a premissa da concorrência monopolística, não se torna uma barreira à entrada de novas empresas no mercado. A entrada num setor concorrencial é livre a qualquer empresa, desde que os consumidores aprovelem a expansão desse setor e que os entrantes no mercado ofereçam serviços melhores.

O monopólio natural é aquele que exige elevadas economias de escala; normalmente, está associado a elevados custos iniciais e baixo custo marginal. Em função do avanço tecnológico, vários setores da economia apresentam as características descritas. Devido ao alto risco envolvido, a economia tradicional defende que o governo deve atuar em tais setores com pouca atratividade da iniciativa privada. As exigências

tecnológicas também influenciariam de tal modo que uma única empresa se sobrepusesse no mercado, eliminando a concorrência.

Em relação a isso, Hayek (1990) afirma que se trata de uma visão que não abrange a totalidade dos fatos. Recorrendo a um relatório que trata da concentração econômica da Comissão Provisória de Economia Nacional dos Estados Unidos, o autor demonstra que a maior eficiência de tais empresas não pode ser comprovada, pois não haviam sido encontradas evidências de que isso eliminaria a concorrência. Para Hayek, não seria apenas a economia de escala a responsável pelo monopólio:

Ele [o monopólio] resulta de conluios, e é promovido pela política governamental. Quando se invalidam tais acordos e se altera a política, a concorrência pode ser restabelecida. [...] Se observarmos a regularidade e a frequência com que os aspirantes ao monopólio obtêm o auxílio do Estado para tornar efetivo o seu controle, convencer-nos-emos de que o monopólio não é em absoluto inevitável (HAYEK, 1990, p. 71).

A conclusão de Hayek é que, embora o avanço tecnológico seja responsável pela formação dos monopólios, por meio de uma redução dos custos de produção – podendo, dessa forma, oferecer preços mais baixos –, não é o principal causador do fenômeno.

Kirzner (1985), por sua vez, aponta a aparente dificuldade de estabelecer um conceito de monopólio, uma vez que, segundo sua teoria, o processo de mercado fomentado pela atividade empresarial sempre será competitivo. Embora entenda que a atividade empresarial não seja passível de limitação à entrada, ele atribui o monopólio à restrição de recursos necessários, que impedem potenciais empresários de obter oportunidades de lucro. Isso, no entanto, não se relaciona ao impedimento de perceber as oportunidades, mas, sim, a eliminá-las de fato. Assim, mesmo que não haja barreiras à entrada, o controle exclusivo sobre insumos necessários bloqueia a entrada de outros competidores na produção de seus produtos. Nas palavras de Kirzner:

O monopólio, assim, não se refere à posição de um produtor que, sem qualquer controle sobre recursos, acha-se como o único produtor de um determinado produto. Esse produtor está inteiramente sujeito ao processo competitivo de mercado, já que outros empresários estão inteiramente livres para competir com ele (KIRZNER, 1985, p. 120).

Kirzner (1985) defende que o monopólio também pode ser temporal, já que algum fato pode ter ocorrido de tal forma que um único produtor tenha esse poder, mas

isso pode ser passageiro. O que é monopolizado hoje poder ser concorrencial no longo prazo, pois, segundo a análise de Kirzner, o processo de mercado é formado pela ação empresarial, que sempre será competitiva, uma vez que não há barreiras a sua entrada.

Outro expoente da economia austríaca, Rothbard (1970), resume bem o pensamento austríaco ao restringir a três as definições do monopólio. A primeira é a definição “clássica”, que se refere à existência de um único vendedor de um produto. O problema desta definição é que ela é muito abrangente, pois, assim como Mises destacou, isso não interfere na capacidade desse monopolista de impor preços acima do preço concorrencial. A segunda definição também retoma o pensamento de Mises, ao estabelecer que o monopolista é aquele que possui a capacidade de criar preços monopolísticos. Segundo Iorio (1997), essa definição depende da hipótese de que é possível estabelecer objetivamente o preço “competitivo”, o que também é pouco plausível. A terceira, que é mais realista e, ao mesmo tempo, mais apropriada aos austríacos, é a que atribui a existência de monopólios à concessão de privilégios, diretos ou indiretos; ou seja, o criador dos monopólios é o Estado.

Como se pode observar, a Escola Austríaca defende que o monopolista poderá temporariamente usufruir uma condição de impor preços superiores ao do mercado concorrencial. A capacidade de restrição de oferta para aumentar preços, que não é comum a todas as empresas, é a de estabelecer um preço monopolístico. Iorio (1997) defende que é a própria ação estatal a responsável por estabelecer tais monopólios, que se formam em decorrência da concessão de privilégios diretos ou indiretos. Não existem monopólios invulneráveis, a menos que eles sejam protegidos pelo Estado. As causas comumente apontadas como geradoras de monopólios têm a característica comum de serem temporárias.

O monopólio não é imune ao processo de mercado concorrencial, mas o monopólio legal o é, pois está protegido pelo poder do Estado. O autor reforça que o fator gerador de monopólios não é o capitalismo, nem a competição, mas, sim, o Estado. Esta ação é a que limita a entrada de novas empresas e torna o monopolista imune à concorrência.

2.5. O Papel do Estado

Os economistas neoclássicos atribuem a responsabilidade à ação governamental para eliminar as falhas de mercado, de modo a garantir a concorrência perfeita. A existência de externalidades, informações incompletas, bens públicos e poder de mercado constitui ameaça ao bem-estar do mercado, e cabe ao Estado intervir na economia nesses casos.

Para a Escola Austríaca, os mercados nunca estão em equilíbrio, pois é uma condição de estática de perfeita satisfação, uma situação em que não haveria a ação humana. Trata-se de uma situação inatingível, e uma “falha de mercado” não requer qualquer intervenção, pois, para os austríacos, não será a ação do governo que trará a economia para o irreal equilíbrio neoclássico. De acordo com Iorio (1997), os monopólios são vistos como uma “aberração” do livre mercado, e a crença comum é que eles podem ser controlados ou corrigidos pelo governo. Se isso fosse verdade, não haveria mais imperfeições em qualquer mercado. Para o autor, ao Estado, cabe unicamente estimular a concorrência e evitar a criação de monopólios.

A formação monopólica está justamente atrelada à intervenção nos mercados, pois o mercado pode ser dominado por um único produtor temporariamente, mas este monopolista nunca será imune à economia concorrencial. Dessa maneira, para os austríacos, em contraposição à visão da Escola Neoclássica, não são falhas de mercado que propiciam as condições para a formação dos monopólios, mas, sim, a impossibilidade da entrada de novas empresas em um setor, motivada pela ação estatal. Enquanto os neoclássicos defendem que a intervenção do governo deve restringir-se a evitar e corrigir as falhas de mercado, para os austríacos, a ação é muito mais limitada:

O estado, o aparato social de coerção e compulsão, não interfere nas atividades dos cidadãos, as quais são dirigidas pelo mercado. O estado utiliza o seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas empreendam ações lesivas à preservação e ao funcionamento regular da economia de mercado. Protege a vida, a saúde e a propriedade do indivíduo contra a agressão violenta ou fraudulenta por parte de malfetores internos e de inimigos externos. Assim, o estado cria e preserva o ambiente onde a economia de mercado pode funcionar em segurança (MISES, 2010, p. 315).

Rothbard (1970) entende que a intervenção estatal que age no intuito de corrigir as falhas de mercado normalmente as amplia. O controle de preços, por

exemplo, é uma ação do Estado que atua como um fato gerador de desequilíbrios, pois é o sistema de preços, na visão de Hayek (1990), que oferece todas as informações que o mercado precisa para se regular.

A vigência de preços livres permite que a lei da oferta e da demanda opere sem obstáculos, o que faz os mercados tenderem ao equilíbrio. É justamente com base nesses argumentos, na incapacidade de algum órgão governamental de dispor de todas as informações disponíveis, que se afirma que o planejamento econômico e qualquer outra interferência no mercado estão fadados ao fracasso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Austríaca e a Neoclássica têm uma origem comum: o surgimento da teoria marginalista, no fim do século XIX, que adotou alguns pressupostos da teoria clássica e aprimorou a teoria objetiva do valor, com uma abordagem subjetiva baseada na utilidade. Enquanto Jevons e Walras desenvolveram suas teorias com uma abordagem mais matemática, Menger se concentrou em estabelecer as bases subjetivas que viriam a formar a Escola Austríaca, em contraste com a Escola Neoclássica, que atribuía ao homem uma racionalidade imune a erros.

Existem distintas concepções entre as duas escolas, sendo que a mais relevante para a discussão realizada neste trabalho refere-se à formação dos monopólios e ao conseqüente papel do Estado como forma de evitar tal “falha”. Na abordagem da Escola Austríaca, o monopólio, em si, não é relevante, uma vez que, por definição, todo indivíduo ou grupo de indivíduos organizados detém a oferta exclusiva de seu bem, sendo naturalmente o único que pode ofertá-lo.

Isso não é relevante pelo fato de que todos os produtores são monopolistas; caso contrário, todos os bens seriam homogêneos. Para que o monopólio tenha importância analítica, ele deve ter o poder de determinar, via restrição de oferta, um “preço monopolístico” que é superior ao preço competitivo. Essa capacidade existe quando o monopolista tem a capacidade de restringir a oferta de um bem e, com isso, provocar um aumento nos preços, obtendo lucros anormais.

Os austríacos não negam a existência de preços monopolísticos, mas esta escola não vê o mercado como uma entidade estática. O mercado é um processo dinâmico. Se alguma eventualidade deu a possibilidade a uma empresa de ser

monopolista, esta não estará imune à concorrência. Sempre haverá bens substitutos ou outras empresas dispostas a entrar no mercado, uma vez que o poder do monopolista não se configura como uma barreira intransponível à entrada de concorrentes.

A única violação dessa possibilidade é o próprio Estado conceder o monopólio legal a uma empresa, eliminando a concorrência. Visto dessa forma, o monopólio não é uma “falha de mercado” que o Estado deve corrigir, segundo o receituário neoclássico; é justamente a ação estatal que cria a falha. Segundo os austríacos, cabe ao Estado unicamente estimar a concorrência, evitar a criação de monopólios legais e evitar que sejam empreendidas ações lesivas ao mercado.

4. REFERÊNCIAS

CHAMBERLIN, E. The theory of monopolistic competition. **Economic Journal**, Cambridge, v. 43, n. 172, p. 661-666, 1933.

FEIJÓ, R. **Economia e filosofia na Escola Austríaca**: Menger, Mises e Hayek. SÃO Paulo: NBL, 2000.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOFMANN, R. M.; PELAEZ, V. A racionalidade na teoria econômica: entre individualismo metodológico e estruturalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008. Salvador. **Anais...** Salvador, 2008.

IORIO, U. J. **Economia e liberdade**: a Escola Austríaca e a economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KIRZNER, I. M. **Competição e atividade empresarial**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1985.

MENGER, C. **Princípios de economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MILL, J. S. **Principles of political economy with some of their applications to social philosophy**. London: Longmans, Green and Co., 1929.

MISES, L. V. **Ação humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

OMAR, J. H. D. O papel do governo na economia. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 211-235, 2001.

ROBBINS, L. **Essay on the nature and significance of economic science**. 2. ed. London: Macmillan, 1935.

ROTHBARD, N. R. **Man, Economy, and State**: a treatise on economic principles. Los Angeles: Nash, 1970.

SOTO, J. H.; HUERTA, J. **A Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

WALRAS, L. **Elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.